



# Anais da Assembléia

Nº 116

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péncies H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1995**  
**(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Reny Borsatto, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ângelo Vanhoni, Basílio Zanusso, Beto Richa, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, José Marcos Alves, Plauto Miró Guimarães e Ricardo Chab (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofício:**

OF/CTL/SEEG N° 180/95

Curitiba, 15.09.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de comunicar essa augusta Casa de Leis que, conforme autorização concedida através do Decreto-Legislativo n° 002/95, de 15 de fevereiro de 1995, ausentar-me-ei do País, nos dias 19, 20 e 21 do corrente mês, com destino a Assunción - Paraguai, onde, em visita ofi-

cial, cumprindo extenso programa, proferirei conferência no "Centro Paraguayo-Japônês", participarei do ato inaugural do "V Simposio Internacional de Município, Ecologia y Turismo", além de, na oportunidade, tratar de assuntos ligados ao MERCOSUL.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 18.09.95.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**Projeto de Lei:**

PROJETO DE LEI N° 361/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Cria o Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado do Município de Grandes Rios, incorporando parte do Município de Rosário do Ivaí e do Município de Cândido de Abreu, conforme divisas e confrontações abaixo:

**1 - Com o Município de Grandes Rios**

"Inicia no Rio Ivaí na divisa entre a 8ª e 5ª seção, segue por esta divisa na direção geral Nordeste até encontrar a estrada Espigão Mestre no divisor de Águas entre os Rios Ivaí e Branco, segue por esta estrada até encontrar a Água Bolha Fria, desce por esta até sua foz no Rio Branco, desce por este até a foz da Água São João Batista, sobe por esta até encontrar a estrada que segue em direção a Serra da Caneleira, segue por esta estrada até encontrar o ribeirão das Antas.

**2 - Com o Município de Rosário do Ivaí**

Inicia no encontro de uma estrada que segue em direção à serra da Caneleira com o Ribeirão das Antas, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pela cumiada da Serra dos Porongos até encontrar a estrada Primavera-Grandes Rios, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar a estrada Primavera-Boa Vista, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar a estrada Grandes Rios - Reserva, segue por esta em direção a Grandes Rios até encontrar o Rio Branco, sobe por esta até encontrar a foz do córrego Gamelão, sobe por este até encontrar a linha de divisa do Município de Cândido de Abreu.

**3 - Com o Município de Cândido de Abreu**

Inicia no córrego Gamelão no encontro da linha de divisa do Município de Cândido de Abreu, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar uma estrada no divisor de Águas entre o córrego Gamelão e o Rio Jacutinga, segue por esta estrada na

direção geral Sudoeste até encontrar o Arroio do Meio, desce por este até encontrar a estrada Herval - Ferreiras, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o Rio Jacutinga, desce por este até sua foz no Rio do Tigre, desce por este até sua foz no Rio Ivaí.

#### 4 - Com o Município de Ivaiporã

Inicia na foz do Rio do Tigre no Rio Ivaí, desce por este até encontrar a divisa entre a 8.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> seção.

#### Descrição do quadro urbano de Rio Branco do Ivaí

Inicia na ponte sobre o Rio Branco, na saída para o Município de Reserva, sobe pelo Rio Branco até encontrar a Rua Q, segue por esta até encontrar a Rua P, segue por esta até encontrar a divisa da Chácara de Pedro Hass (exclusive) segue por esta divisa até encontrar o Rio Branco, subindo pelo Rio Branco até encontrar a ponte sobre o mesmo na saída para o Município de Reserva."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 18.09.95.

(aa) EDSON SILVA LINO

ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

É na agricultura que se encontra a principal fonte de rendas do Distrito de Rio Branco do Ivaí. Conta atualmente com escolas, posto de saúde, igrejas, cartórios, estabelecimentos comerciais e bancários, vale dizer, tem toda a estrutura necessária para reivindicar a sua emancipação política.

Assim, Rio Branco do Ivaí, é um Distrito não somente capaz de se manter economicamente, como também é capaz de estender esta autonomia na área política.

O Distrito de Rio Branco do Ivaí dista cerca de 40 quilômetros da sede do Município de Grandes Rios, o que, não raro, provoca inúmeras situações difíceis àqueles que residem no Distrito e necessitam de recursos peculiares a um município.

Estas são as razões porque todos aqueles que hoje residem em Rio Branco do Ivaí são uníssomos ao reivindicarem a sua emancipação política.

Salientamos ainda que, todos os requisitos alencados em lei para que se dê a criação de um novo município, se encontram presentes no caso em questão.

PROJETO DE LEI Nº 362/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Bairros: Jardim Pinheiros, Orestes Thá, Florestal, Gralha Azul, e Centro de Quatro Barras, com sede em Quatro Barras-PR e foro no Município de Piraquara-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores dos Bairros: Jardim Pinheiros, Orestes Thá, Florestal, Gralha Azul e Centro de Quatro Barras, com sede no Município de Quatro Barras-PR e foro no Município de Piraquara-PR, é uma entidade civil que tem por finalidade unir e prestar assistência aos moradores dos referidos bairros, apoiando as suas legítimas aspirações.

Consta entre suas atividades, trabalhos de educação de trânsito em parceria com o DETRAN-PR e Sesi, cadastramento das famílias carentes do município e pertencentes à associação, levantando as necessidades existentes, trabalhos em educação ambiental envolvendo escolas e comunidade em geral em atividades tais como coleta de lixo reciclável e reflorestamento com espécies frutíferas, entre outras atividades de relevante interesse.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada à comunidade atendida e a contribuição com o soerguimento da sociedade.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 363/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxinal, com as seguintes divisas e confrontações:

#### 1. Com o Município de Faxinal

Inicia no Rio Três Barras, no encontro de uma linha seca e reta que parte da cabeceira do Rio Lajeado em direção a foz do Rio Três Barras, sobe por este até a foz do Rio das Flores, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança a cabeceira do seu contravertente afluente do Rio Azul, desce por este afluente até alcançar a divisa do Lote 74,

segue pela divisa dos Lotes 74, 72 e 36 todos do Faxinal de São Sebastião até encontrar o Rio da Campina, desce por este até alcançar a foz do seu quarto afluente à margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança seu contravertente afluente do Rio São Pedro, desce por este até sua foz no Rio São Pedro, desce por este até sua foz no Rio Alonzo ou do Peixe.

## 2. Com o Município de Grandes Rios

Inicia na foz do Rio São Pedro, no Rio Alonzo ou do Peixe, desce por este até sua foz no Rio Ivaí.

## 3. Com o Município de Lidianópolis

Inicia na foz do Rio Alonzo ou do Peixe no Rio Ivaí, desce por este até a foz do Rio Lajeado.

## 4. Com o Município de Borrazópolis

Inicia no Rio Ivaí, na foz do Rio Lajeado, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha seca e reta em direção a foz do Rio Três Barras no Rio das Antas, segue por este até alcançar o Rio Três Barras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 18.09.95.

(a) EDSON SILVA LINO

### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cruzmaltina, criado pela Lei nº 96, de 04 de novembro de 1976, preenche todos os requisitos necessários para a sua emancipação política, consoante a Lei nº 56/91.

No que se refere a seu aspecto sócio-econômico, não resta dúvida de sua prosperidade, haja vista estar situado em uma das regiões que possui as terras mais férteis do Estado.

O Distrito de Cruzmaltina é constituído de pequenas e médias propriedades, tendo como principal fonte de renda a agricultura e a pecuária.

Conta atualmente com escolas, posto de saúde, igrejas, estabelecimentos comerciais, vale dizer, tem toda a estrutura necessária para reivindicar a sua emancipação política.

Assim, Cruzmaltina é um distrito não somente capaz de se manter economicamente, como também é capaz de estender esta autonomia na área política.

O Distrito de Cruzmaltina dista cerca de 30 quilômetros da sede do Município de Faxinal, o que, não raro, provoca inúmeras situações difíceis àqueles que residem no Distrito e necessitam de recursos peculiares a um município.

Estas são as razões porque todos aque-

les que hoje residem em Cruzmaltina são uníssomos ao reivindicarem a sua emancipação política.

Salientamos ainda que, todos os requisitos alencados em lei para que se dê a criação de um novo município, se encontram presentes no caso em questão.

## PROJETO DE LEI Nº 364/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Promoção e Proteção às Pessoas Portadoras de Deficiência de Ponta Grossa - Fundação PROMOVER, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Promoção e Proteção às Pessoas Portadoras de Deficiência de Ponta Grossa - Fundação PROMOVER.

Esta entidade é vinculada à Secretaria Municipal de Ação Social, sendo uma entidade pública sem fins lucrativos, sendo reconhecida como de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 4.677, de 11.12.91.

A presente Fundação tem como objetivo principal a promoção, proteção e defesa do direito dos portadores de deficiência em geral. Em colaboração com outras entidades das áreas pública e privada, angaria recursos financeiros para a execução de programas e projetos que concorram para os mesmos fins, ou seja, a melhoria das condições de vida das pessoas portadoras de deficiências, integrando-as à sociedade, ajudando-as a sentirem-se úteis a si e aos outros.

## PROJETO DE LEI Nº 365/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Vileiros, Município de Palmeira, com sede e foro neste Município do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.95

(a) CÉSAR SELEME

### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Agriculto-

res da Vila Vileiros, visa o estímulo e o desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e culturais, oferecendo suporte na área de orientação da produção agrícola e agropecuária, bem como a compra de insumos necessários às atividades que desenvolvem.

Esta Associação vem desenvolvendo excelente trabalho, prestando serviços de armazenamento, transporte e inclusive a embalagem de toda a produção, auxiliando também na comercialização dos produtos produzidos.

Esta Associação dá toda a orientação técnica aos seus associados e vem contribuindo com o desenvolvimento sócio-econômico dos mesmos e engrandecendo o seu Município.

Entendemos merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 366/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica dispensado o uso de cinto de segurança, na zona urbana, nos municípios paranaenses com menos de 20.000 habitantes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.95  
(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Muitos municípios do Estado do Paraná, não dispõem de malha viária capaz de gerar acidentes de trânsito, que comprometa a integridade física dos ocupantes de veículos.

Em municípios com população inferior a 20.000 habitantes, o trânsito é peculiar: o fluxo de veículos é quase imperceptível, quando muito é lento; quase estático.

Estes municípios sobrevivem da agricultura, que é a principal fonte de renda. Portanto, o costume é tratar os assuntos de trânsito, como ocorre na zona rural, sem maior importância.

Há enorme quantidade de redutores de velocidade "quebra-molas" que impedem o trânsito rápido de veículos. A velocidade média atinge 30 Km/h, inviabilizando o uso de cinto de segurança.

Inexiste as "vias rápidas" que encontramos nas grandes cidades (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel).

Não há ocorrência de acidentes automobilísticos nestes municípios, que justifique a efetiva fiscalização dos condutores. A frota é composta de veículos antigos - que é mais acentuada em municípios deste porte - o que impossibilita desenvolver

velocidade compatível com acidentes fatais ou lesões corporais.

Recentemente, o Conselho Estadual de Trânsito do Paraná, editou a Resolução nº 1080/95 (D.O.E. 31/07/95, p. 44) tornando obrigatório o uso de cinto de segurança nas vias abertas à circulação de automóveis, no Estado do Paraná. Isto gerou o inconformismo dos municípios paranaenses, com a medida adotada.

Os municípios pequenos sempre receberam tratamento diferenciado; portanto, devem recebê-lo no caso do uso de cinto de segurança!

O uso de cinto de segurança no perímetro urbano, nos municípios pequenos, com população inferior a 20.000 habitantes é desnecessário!

Vale lembrar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipais já manifestaram favoráveis sobre o conteúdo deste Projeto de Lei que ora propomos.

Por isso, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis e aprovação do presente.

PROJETO DE LEI Nº 367/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Médico-Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques", com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.95  
(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 1974, e presta atendimento médico aos trabalhadores rurais e às suas famílias, beneficiando centenas de pessoas. Entre outras coisas, a Fundação Médico-Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques tem por objetivos a criação e manutenção de uma unidade hospitalar, realização de medicina preventiva e o desenvolvimento de programas que promovam a elevação dos padrões de saúde destes trabalhadores.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando aos trabalhadores daquele município ao longo de todos estes anos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de passarmos ao Pequeno Expediente a Mesa anuncia que hoje está ani-

versariando o Deputado, nosso colega, Carlos Simões.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, convidados que ocupam as galerias.

O Jornal O Estado do Paraná deste domingo traz uma nota, uma manchete dizendo que o servidor público consome 81% do orçamento. No mesmo dia a Folha de Londrina traz a manchete: Estado revela gasto menor com os servidores. Secretário desmente Governador durante audiência no Senado e diz que comprometimento da folha com funcionalismo é de 70%.

Pois bem, Senhores Deputados, com quem está a verdade. Com o Governador? Com o Secretário de Administração? No qual em alguns momentos chegam a afirmar como recentemente na imprensa que as despesas do Estado era de cerca de 84% da sua arrecadação só com servidor público. E na hora que necessitam de empréstimos, o Secretário de Estado, Cássio Taniguchi vai a Brasília e em audiência no Senado diz que as despesas são de 70%, tudo isto porque necessita ver aprovado empréstimos para o Governo do Estado. Vão dizer os Srs. Deputados e Secretários que as despesas já constitucionalmente é estabelecido num limite de 65% e podem alegar que 70% está acima. E outros dizem que chega a 81, 84%. Com quem está a verdade a respeito dessas despesas?

Acreditamos que talvez pode ser inferior a isto, inclusive, uma vez que toda a arrecadação é guardada a sete chaves para que ninguém tenha acesso. É mais que necessário, é urgente que a Mesa desta Casa estabeleça a informatização neste Parlamento, com sistema interligado à Secretaria da Fazenda para que nós Deputados possamos acompanhar e verificar de quem é a verdade.

O nosso Líder hoje encontra-se em Brasília, mas após o seu retorno a nossa Bancada se reunirá e provavelmente proporemos a formação de uma Comissão Especial para estudar única e exclusivamente as questões da Receita do nosso Estado. Caberia esse papel à Comissão de Fiscalização desta Casa, da qual eu sou membro, e apesar de já ter solicitado por escrito, jamais teve uma reunião, porque o seu Presidente não a convoca porque sabe que o papel dela é de fiscalização do Estado. Portanto, como não há convocação da mesma cabe a nossa Bancada fazer isso, propor a formação de uma comissão especial.

E quando o servidor público vai à luta pelos seus direitos, ou denuncia qualquer irregularidade no serviço público, ele é censurado, é impedido, como recentemente

foram os professores ligados à PP-Sindicato que colocaram out-door nas ruas para que ele permanecesse por cerca de trinta dias, assim foi o contrato com a empresa. Em quinze dias tiveram que retirar por pressão governamental em cima daquela empresa. E ainda nesta semana empresa contratada também pelos Sindicatos dos Servidores do Município para colocar out-door nas ruas foram impedidos de colocar porque a Prefeitura ameaçou cortar o seu alvará para que ela não funcionasse. Por isso, não tem como acreditarmos na Receita do Estado que seja isto, uma vez que quando se levanta contra qualquer tipo de informação, ou qualquer luta, é censurado pelo Governo do Estado através de suas pressões.

PDT na Prefeitura de Curitiba, PDT no Estado, usando da censura para que impeça a população de tomar conhecimento desse status no que diz respeito ao salário dos servidores, para que não tomem conhecimento da luta dos servidores. E ainda recentemente, de acordo com o bilhete que tenho aqui, o SINDISAÚDE foi enviar jornal através de correio e sentiu também impedido de acordo com declaração do funcionário do correio dizendo que aquela matéria teria que ser analisada. Será que a administração pública do Paraná quer mandar no setor privado impedindo o exercício inclusive de disputar no mercado colocando out-door? Quer impedir inclusive órgãos do serviço público federal do envio de correspondência aos seus militantes, que é o que faria o SINDISAÚDE.

Será que é isso que querem, não querem dar reajuste e não querem que os servidores lutem pelos seus direitos, e ainda impede, ou deixa esse Parlamento na fiscalização das despesas porque a Comissão de Fiscalização não se reúnem sequer uma vez quando ela teria que fazer isso. Por isso, a nossa Bancada analisará a formação dessa comissão especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os paranaenses, especialmente os paranaenses que exercem um mandato, seja uma Prefeitura Municipal como Prefeito, como Vereador, sejamos nós Deputados Estaduais, os Federais, todos nós estamos apreensivos com o momento que o País atravessa. A economia vai muito mal porque seguramente eu nunca vi uma recessão tão brava como esta que estamos vivendo.

E a perspectiva para o futuro é de se



aprofundar esta grave crise. E junto a isso, somar a tudo isso, estamos assistindo aqui no Paraná Senhor Presidente Zuk, estamos assistindo autoridades públicas, que têm fé pública, ir aos rádios, televisão, jornais, e cada uma delas fala uma coisa que é profundamente adversa da outra em relação a uma questão, que é tão preciosa para nós paranaenses, que é que uma autoridade pública constituída possa trabalhar com a verdade, e somente com a verdade que é aceitável por todos nós.

Muito bem, nós todos, Deputados Estaduais da situação e da oposição, vimos um Governador do Estado, que é autoridade maior, ir à televisão e dizer o seguinte: "O Estado não pode comprometer mais do que já está comprometido com o pagamento de pessoal porque ele já está gastando 85% da sua receita corrente". Muito bem, quando a autoridade maior do Estado, vai à televisão e faz esta afirmação, eu mesmo que sou opositor ao Governador, acredito que é claro a maior autoridade do Estado, que tem credibilidade para falar em nome do povo paranaense, está ele calçado com a verdade.

Mas qual a surpresa que temos, o Sr. Cássio Taneguchi, que aliás está devendo para nós a sua vinda a esta Casa para explicar, muito bem explicadinho, a questão da Paraná Desenvolvimento, o Sr. Cássio Taneguchi, vai depôr perante a Comissão de Finanças do Senado, e para surpresa dos paranaenses, do funcionalismo público do Paraná, professores, Policiais Militares, que passam, Deputado Alborghetti, como V. Exa. tem chamado a atenção, a sua mais grave crise, vai o Sr. Cássio Taneguchi, pedir um empréstimo internacional, que ressaltando que já tenha sido votado aqui nesta Casa esse Paraná Urbano, com algum outro nome, ele inclusive foi fazer alguma coisa sem ter passado pela autorização deste Legislativo, mas essa é uma questão que precisa ser esclarecida, vai o Sr. Cássio Taneguchi e diz que o Governo do Estado gasta 70% da sua receita corrente, com despesa de pessoal! No dia seguinte, vamos verificar a declaração do Secretário da Administração, ele diz que o Estado gasta 81%. Vai o famoso Sr. Miguel Salomão, mais famoso de todos os Secretários aqui do Paraná, e diz que o Estado gasta 79.9%!

Ora, meu Deus do céu, quem é que está faltando com a verdade? Acredito no Governador, creio que o Governador não seria leviano de afirmar que o Estado compromete de 82 a 85% da Receita. Ou queria o Sr. Cássio Taneguchi enganar a Comissão de Finanças do Senado, ou quer ele enganar o Sindicato dos Servidores Públicos que tem reagido pedindo uma política salarial? Quem é que falta com a verdade, neste Esta-

do? Creio que esta Casa aqui deve sim convocar os Secretários da Administração, do Planejamento e das Finanças, para que, de uma vez por todas, se esclareça a esta Casa e ao povo paranaense quem está com a verdade dos números, para que saibamos, de forma clara e objetiva quanto é a despesa com o pessoal que o Estado do Paraná tem hoje. Qual é a sua Receita? Por que esta mesma Receita, como tenho afirmado aqui nesta Casa, ela subiu 46% no primeiro semestre de 95 com relação a 94?

Por isso é preciso que se esclareça, de uma vez por todas, deste Governo que tem dito que todas as dificuldades do mundo para tocar o Governo, tem que ser dito aonde e como está sendo aplicado o dinheiro do Paraná. E especialmente da política salarial que deve ter para o servidor público! Quero crer que estas autoridades devem esclarecer isso, porque tenho certeza, até hoje, na minha vida pública me pautei com uma posição muito clara, nunca fui leviano e acreditei, como homem de boa fé, na palavra do Governador, como ainda acredito.

Mas agora é necessário que os Secretários venham a esta Casa e esclareçam clara e objetivamente quanto é a arrecadação, quanto é a despesa e qual é o percentual que está sendo aplicado para pagar os seus funcionários públicos.

Muito obrigado e vamos esperar que esta Casa aprove os requerimentos que vamos apresentar.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, queria registrar com muita alegria que hoje é uma data muito importante, a Secretaria da Agricultura do Paraná, celebra, nesta data, 51 anos de sua existência.

Queremos, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, louvar o trabalho desses pioneiros que implantaram a Secretaria da Agricultura reverenciar a memória daqueles que já não estão mais conosco, daqueles que já se aposentaram e daqueles que continuam prestando, com amor, com garra, com competência o seu trabalho na Secretaria da Agricultura.

O Paraná, é um celeiro agrícola no planeta Terra e este Estado, este País, só ficarão fortes, só vai superar a sua crise no dia em que tivermos efetivamente uma estrutura que possa dar à agricultura as condições indispensáveis para que produza uma terra tão fértil como o nosso Paraná e é bem verdade que a Secretaria de Agricultura hoje, ela é muito abrangente, não fica apenas na área do plantio e Sr. Presidente, neste momento queremos ao saudar os funcionários da Secretaria da Agricultura, solicitar a V. Exa. que mande consignar nos Anais desta Casa de Leis, o Jornal do

SINDISEAB n° 46 e que trata inclusive da luta salarial que os funcionários desta Secretaria vêm travando. É triste vermos o achatamento salarial do nosso servidor público, ganha um salário muito aquém das suas reais necessidades e queremos que esta Casa tenha consciência da luta da reivindicação que o Sindicato faz no sentido de conseguir, junto ao governo o atendimento das reivindicações salariais.

Parabéns ao SINDISEAB o nosso louvor aos seus funcionários e que a curto prazo, possamos quem sabe voltar aqui, para quem sabe todos comemorarmos o atendimento dessa luta salarial que estão travando.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado a questão de ordem do Deputado Belinati, associada pela Mesa Executiva na pessoa do titular da pasta da Agricultura no dia de hoje, que é o nosso companheiro desta Casa, Deputado Hermas Brandão, que tem envidado esforços para que realmente o objetivo maior que são reivindicações dos seus funcionários técnicos agrícolas e principalmente àqueles de pesquisa do IAPAR sejam atendidas.

O Sr. José Maria Ferreira com a palavra.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui ouvia com a atenção as palavras de júbilo do Deputado Antônio Belinati, acerca da comemoração que se faz na Secretaria da Agricultura, um órgão de extrema importância ao Estado em que tem a sua base econômica calcada na agricultura. Órgão que fez do Paraná, especialmente do interior do Estado o progresso, o crescimento, levou ao crescimento, levou à colonização. Órgão que a Secretaria da Agricultura, que hoje está celebrando a data da sua fundação, nós, com muita tristeza, meu caro Belinati, você como eu e muitos que estão aqui, somos "pés vermelhos" e sabemos o que esta Secretaria faz em nome da agricultura e da economia do Paraná e hoje os seus funcionários não podem receber essa homenagem que faz à Secretaria porque estão em greve.

Não pode um Governo que reconhece que precisamos gerar emprego, não pode um Governo que entende que precisa apoiar a atividade econômica e abandona a sua principal fonte de atividade econômica é extremamente perigoso, assim como é o que vem acontecendo no setor educacional.

Nossa situação na questão educacional é triste, teremos em breve uma situação de demissão de milhares de professores que hoje atuam em convênio do Governo do Estado. Já temos falta de várias disciplinas, hoje, já estamos observando os nossos alu-

nos tendo preocupação com relação à conclusão do seu período letivo. Tal qual na agricultura, precisamos que o Governo venha através das suas lideranças e traga com certeza respostas efetivas para que possamos comemorar junto com o próprio Governo do Paraná e a sociedade paranaense os acertos daqueles que vieram na busca de oferecimento de novos caminhos e que os novos caminhos sejam da agricultura forte, de uma agricultura que seja sustentada e que até aqui foi o sustentáculo da nossa economia da agricultura apoiada, mas não apenas no discurso, mas efetivamente porque hoje já sentimos a ausência desta atuação do Governo nesta área tão importante da nossa atividade econômica.

Reconhecemos as dificuldades, não negamos, o Poder Público passa por um momento difícil, mas é preciso que com criatividade e com dedicação e olhando a agricultura com um interesse maior da nossa economia, possamos tal qual ao nosso setor educacional retirá-lo da condição que hoje vive.

É só Sr. Presidente, esta questão que gostaria aqui de colocar, porque ao visitar as nossas bases já começamos a ver o desalento que hoje toma conta pela falta de uma presença mais constante da agricultura também um certo desencanto na área da educação e isto é muito grave porque nós hoje, além de termos, estamos perdendo o pouco que temos devido a baixos salários, falta de estímulos e a do aguardo de um projeto do Governo para que possamos oferecer a esse importante segmento da sociedade uma visão de fundo de túnel que é o que ela aguarda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A crise que a agricultura brasileira enfrenta, é de proporções muito sérias. Tem criado uma situação extremamente desconfortável e angustiante na zona rural, fazendo com que os agricultores entristecidos e desanimados, percam o estímulo e a vontade de continuar vivendo do campo. Além deste quadro, Sr. Presidente, a falta de uma política do Governo Federal - equilibrada e coerente - tem efetivamente contribuído de forma muito séria e grande para o esvaziamento da roça.

Na semana passada, em Quedas do Iguaçu, houve uma invasão de terra. Trabalhadores sem terra invadiram uma propriedade no Município de Quedas do Iguaçu na quinta-feira à noite. Não somos favoráveis à invasão de terra, somos pelo direito à



Curitiba, segunda, em 18.09.95

propriedade. Os agricultores sem terra do Paraná e na nossa região, vivem, neste instante, um momento de muita expectativa, um momento de turbulência, porque há a iminência de outras invasões.

Aquela invasão em Quedas do Iguaçu foi o anúncio dos agricultores sem terra de que é preciso o Governo Federal sair da conversa e fazer, efetivamente, a reforma agrária neste país. Começar a fazer os assentamentos, colocar na terra o homem para nela viver.

Se não bastasse a política infeliz e desumana ditada lá de Brasília - para a agricultura -, temos que conviver com anúncios todos os dias na imprensa estadual de que o Governo não fará o assentamento de 400 mil trabalhadores rurais. Só que até agora, Senhor Presidente, tudo ficou como antes. Nada saiu do papel. E os trabalhadores rurais vivem a angústia, a incerteza de ter que aumentar os bolsões da pobreza e a miséria e a fome nas grandes cidades. O Governo Federal precisa ter isto como um alerta de que os agricultores sem terra estão se organizando e de que haverá outras invasões de propriedade já. Num curto período de tempo, se não tomar atitudes veementes, buscando, efetivamente, tirar do discurso e do papel a sua política de assentamento, da sua política de reforma agrária.

Nós que vivenciamos o dia-a-dia dos nossos trabalhadores, sentimos, Senhor Presidente, a angústia, a dor e a tristeza daqueles que querem trabalhar e que nem um pedaço de terra tem. Muitas vezes não por sua vontade, mas pelas políticas que, infelizmente, são colocadas em ação em nosso país.

Quero, ao concluir aqui a minha manifestação, e espero que possa chegar lá, em Brasília, e que o Presidente Fernando Henrique Cardoso efetivamente, e de uma vez por todas, possa colocar o seu discurso em prática a fim de que não haja mais invasões de terra no Paraná e no Brasil, porque esse movimento, os agricultores estão se organizando no Brasil inteiro e haverá, Senhor Presidente, outras invasões, porque o clima merece a preocupação das autoridades.

Então, este movimento busca sensibilizar o Governo Federal para que, efetivamente, o Governo Federal comece a fazer os assentamentos dos agricultores sem terra no nosso Paraná. Que já foi prometido, já foi dito e já foi feita muita política em cima disso. E, infelizmente, até agora não assistimos nada.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Senhor Deputado Walmor Trentini.

O SR. WALMOR TRENTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente queria registrar aqui o grande Encontro que o nosso PDT realizou na Cidade de Campo Mourão, terra do líder incontestado da COMCAM, Nelson Tureck, nosso colega Deputado, que lá reuniu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais de 700 lideranças de toda a região, o que prova a liderança desse Deputado combativo, desse Deputado que traz de fato as reivindicações da sua população.

Lá estiveram também os Deputados Edno Guimarães, Basílio Zanusso, Presidente do nosso partido, Doutor Pereira, e ainda o nosso Secretário, Severino Nunes de Araújo.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, já dizia o mestre Rui Barbosa que: "a igualdade é tratar desigualmente os desiguais". E estamos na crista da onda sobre a discussão de cinto de segurança do Estado do Paraná. Recentemente uma resolução do Conselho Estadual de Trânsito obrigou a utilização do cinto de segurança em todo o Estado do Paraná. E, ato contínuo, todas as lideranças do nosso noroeste do Paraná, em especial dos pequenos municípios, se manifestaram contrários a esta medida, visto que nos municípios pequenos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não existe este problema de acidentes graves com vítimas fatais.

Elencamos uma série de motivos que justificam a apresentação deste projeto de lei que estamos entrando hoje, o qual desobriga os municípios com população inferior a 20 mil habitantes de terem que usar o cinto de segurança, porque as cidades com pequena população têm uma extensão urbana pequena e em muitos municípios existe apenas uma única via. A cultura do nosso Estado do Paraná fez com que esses municípios, essas cidades estejam impregnadas de quebra-molas. A cada 50, 100 metros, existe um quebra-molas.

Existem ainda nos pequenos municípios antigos que sequer possuem o cinto de segurança. O trânsito nessas cidades é lento; não se atinge os 30 quilômetros exigidos por lei, porque é impossível andar a mais de 30 por hora nessas cidades pequenas com tantos quebra-molas e com tão pequeno perímetro urbano.

Não existe também nas cidades pequenas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as vias rápidas, como existem nas grandes cidades. A velocidade, como já coloquei, não chega nunca a 30 por hora. Existe, inclusive, uma brincadeira que dizem que as cidades pequenas do Paraná são cidades de primeira, mas fomos ver mais a fundo, cidades de pequena marcha, de primeira marcha, porque quando se fizer a segunda marcha, já se ultrapassou o municí-

prio.

Então, estamos entrando neste dia, nesta Casa com um projeto de lei que desobriga o uso do cinto de segurança nas cidades com população inferior a 20 mil habitantes, porque não existe nenhuma validade a utilização deste cinto. Vereadores, Prefeitos, a população, se manifestaram contrários, porque em muitos casos chega a ser até ridículo o cidadão colocar o cinto de segurança e dali a 50 metros parar o seu veículo e sequer pequeno movimento fez.

O Sr. Nereu Moura - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Walmor Trentini, quero congratular-me com Vossa Excelência pela sua iniciativa e dizer que de fato a preocupação que o Senhor traz a apreciação nesta Casa também merece a nossa apreciação, uma vez que estamos sendo cobrados nos nossos municípios, nós que fazemos política em pequenos municípios do Paraná, a fim de que o cinto de segurança seja melhor disciplinado.

O que ocorre hoje, Deputado Walmor Trentini, é que a Polícia Militar está exercendo a sua autoridade nas pequenas comunidades do interior do Paraná, cidades com apenas uma rua e que nunca registrou um acidente de trânsito até hoje com muito rigor, fazendo multas, punindo os motoristas, agricultores que ainda nem cinto de segurança possuem nos seus veículos.

Desta forma, quero parabenizar Vossa Excelência pela sua atitude e terá o nosso apoio, para que seja melhor disciplinado o cinto de segurança, especialmente nas pequenas cidades do Paraná, cidades como Vossa Excelência está propondo que tenham até vinte mil habitantes. Isto, nobre Deputado, sem sombra de dúvidas, está indo de encontro com os sentimentos da população do Paraná e exatamente o seu projeto vai merecer o nosso apoio e a nossa solidariedade.

O SR. WALMOR TRENTINI - Muito obrigado, Deputado Nereu Moura, para dizer que é exatamente a preocupação de ouvir a comunidade, ouvir os nossos representados aqui na Assembleia Legislativa, e já tendo o apoio de Vossa Excelência, aproveito para pedir o apoio dos demais pares para que essa matéria transite em regime de urgência, visto que problemas estão causando no nosso interior.

Além do que, na conversa hoje na parte da manhã com o Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Joel Coimbra, estamos a questionar inclusive a resolução do Conselho Estadual de Trânsito, que colocou esta obrigatoriedade

em todo o Estado do Paraná e esse questionamento, esta causa poderá levar adiante, e tenho certeza que muitos outros municípios, como entendemos perto de 70% dos municípios serão beneficiados com essa desobrigatoriedade do uso do cinto de segurança.

Então, esta Casa poderá até questionar, se assim desejar, a resolução do Conselho Estadual de Trânsito. Peço o apoio dos companheiros desta Casa, em especial às Comissões que irão trabalhar em cima desse projeto.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças. PDT, PSDB, PFL, PPR.

(Declinam)

PP. Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Subo a esta tribuna para abordar rapidamente três assuntos.

O primeiro, em forma de agradecimento, gostaria de registrar aqui o nosso agradecimento ao Secretário de Segurança, Doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira, que no último sábado foi à cidade de Pato Branco, na região Sudoeste, para entregar lá as viaturas para a Polícia Civil. Entregou o Secretário inúmeras viaturas, atendendo municípios da nossa região. E fazemos aqui um registro de agradecimento ao Secretário por ter entendido a necessidade desses veículos para melhor atender a população do nosso Sudoeste.

Também gostaria de falar de um outro assunto, quem sabe seja um pouco mais polêmico. Ouvi há poucos dias atrás, e acredito que todos os companheiros ouviram, que tramita no Congresso Nacional, uma proposta para extinguir, ou se não extinguir, mas que fique facultativo, a "Voz do Brasil". Já sei que muitos Deputados já raciocinaram sobre este assunto e gostaria de comunicar o Plenário, Senhor Presidente, que estarei apresentando um projeto de lei, aqui nesta Casa, onde nós tenhamos obrigatoriedade de ouvir os trabalhos da Assembleia Legislativa, no horário do meio-dia. Porque entendemos que, nos mais longínquos lugares deste nosso País, quem sabe o cidadão brasileiro só possa acompanhar o trabalho de seus representantes, através da "Voz do Brasil".

E acho que, no nosso Estado do Paraná, um Estado politizado, cuja escola política rendeu a esse País inúmeros cidadãos de alta representatividade, o nosso povo tem o direito também de receber a informação daquilo que é tratado nessa Casa, dos trabalhos que são efetivados aqui, dos proje-

tos que são apresentados, enfim, do trabalho que o Parlamentar faz, representando a sua região e o seu povo.

Nós já tivemos, por conta da liberalidade dos programas em rádio e televisão, inúmeros programas que são colocados à população e formaram gerações neste País. Programas de televisão que influenciaram gerações no consumismo básico de produtos que são colocados no mercado, principalmente atendendo o chamamento de uma gama de empresas que usam principalmente as crianças, através de programas de longo alcance.

Então, gostaria de comunicar ao Plenário desta Casa, que é um projeto que tenho discutido. Evidentemente há razões para que muitos não concordem, mas imagino que desta forma tenhamos a possibilidade de levar o nosso trabalho à população do Paraná, já que de forma decisiva nós temos, por exemplo, algumas rádios do Rio Grande do Sul - como a Guaíba - que transmitem as Sessões Plenárias da AL do Rio Grande do Sul, sem nenhuma obrigatoriedade.

Acho que precisamos colocar nosso trabalho, para que seja ouvido pelo povo do Paraná, e poderíamos fazer isso no momento em que muitos pensam em extinguir a "Voz do Brasil", poderíamos colocar a "Voz do Paraná", através da Assembléia Legislativa, numa responsabilidade da Mesa Executiva, para que a população possa conhecer, de perto, o trabalho de cada Parlamentar.

Para encerrar, e atendendo o pedido do Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, apenas gostaria de fazer aqui, menção aos companheiros da Secretaria da Agricultura, do SIND/SEAB, que aqui se encontram, colocando a sua situação salarial para chamar a atenção dos Parlamentares.

Não é a primeira vez que conversamos isso aqui, sabemos da realidade pela qual passam os funcionários públicos do Estado do Paraná, e eu, como funcionário que sou da Secretaria da Agricultura, gostaria de me solidarizar aos funcionários desta Secretaria, que aliás, neste momento de crise, perplexa, pela qual passa o País, quem sabe o setor com as maiores dificuldades seja o setor da agricultura. Sabemos do trabalho que têm prestado estes profissionais à agricultura do Paraná, razão pela qual imagino que os Parlamentares tenham que dar aqui o apoio a estes profissionais que, no dia-a-dia trabalham lado a lado com o nosso agricultor, com o nosso pecuarista, quer na fiscalização, quer na defesa sanitária animal, quer na implantação dos programas que foram programas exemplares para o nosso País e até para a América Latina. Imagino que tenhamos que dar o apoio e a solidariedade aos funcionários da nossa Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, que ao longo dos tem-

pos tem se tornado uma Secretaria exemplo para o nosso País.

Muito obrigado por esta oportunidade que os funcionários estão nos dando de se mobilizarem, para que possamos ajudar, na medida do possível, para que tenhamos, num curto espaço de tempo, a possibilidade - se não resolver, porque a situação é muito difícil, mas pelo menos procurar alternativas que possam viabilizar a continuidade do trabalho desses profissionais, para o bem da agricultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Por solicitação do Deputado Seleme, encontra-se em nosso meio o Vereador de Guaíra Ney José, que também associa-se a Mesa Executiva.

O ilustre Deputado Sâmis da Silva e Deputado Edgar Bueno, registram a presença da Vereadora de Santa Helena, Marli Regina, como também a Mesa Executiva tem a honra de anunciar a presença em nosso meio, do ilustre Deputado Federal, representante do Paraná em Brasília, Deputado Paulo Cordeiro, que em todas as oportunidades das delegações desta Casa, e mesmo desta Presidência, quando da nossa presença em Brasília, foi um dos cicerones da representação do Paraná.

Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Walmor Trentini, por ter tomado a iniciativa de apresentar esse projeto de lei, modificando a questão da obrigatoriedade do cinto de segurança em pequenas cidades do nosso Estado.

Vejo até, Deputado Trentini, que deveríamos sim agir no sentido de modificar essa resolução do CET, até porque, até onde entendemos, nessa questão do trânsito, existe uma competência nacional, estadual e municipal, talvez o Conselho Estadual do Trânsito, ao estipular a obrigatoriedade para todos os municípios, entrou ele naquilo que é competência do município, nas atribuições do município, e portanto, essa resolução nem sentido tem de existir.

Cumprimentar também o Deputado Augustinho Zucchi, por essa defesa que faz ao Programa "A Voz do Brasil", entendo sim que deveríamos ter "A Voz do Paraná", até porque os meios de comunicação, seja rádio e televisão, todos concessões do Poder Público Federal, a grande maioria das vezes não querem que esses programas existam para que eles possam comercializar esses horários, infelizmente é a visão apenas do lucro que impera nesta hora.

Quero dizer que concordo com Vossa Excelência, é evidente que o programa "A Voz do Brasil" e "A Voz do Paraná", se vier a ser implantado, teriam que ter algumas modificações, acredito que não se deva, no programa "A Voz do Brasil", principalmente naquela segunda parte, a primeira parte do programa realmente tem informações gerais e que interessam a todos os brasileiros; aquela segunda parte, específica do trabalho da Câmara dos Deputados, muitas vezes ela cai em particularidades que não interessa à Nação brasileira como um todo, como por exemplo, registrar que o Deputado fulano de tal cumprimentou no Plenário o aniversário do município de lá não sei aonde, que registrou o falecimento de um seu compadre, do seu amigo, de repente essas coisas pudessem ser até eliminadas dessa parte do programa "A Voz do Brasil" e colocar aquilo que efetivamente o Parlamento faz em favor da sociedade brasileira como um todo.

Hoje, 51 anos da Secretaria da Agricultura, a nossa Casa de trabalho, Deputado Augustinho Zucchi, embora esse número signifique nos comerciais que se faz no Brasil afora uma boa idéia, mas hoje infelizmente a nossa agricultura não é uma boa idéia. Não é uma boa idéia porque mesmo sendo no 51 no Paraná e no Brasil, a agricultura vem sofrendo ao longo do tempo uma série de ações perniciosas do setor econômico e evidentemente as medidas que se adotam neste país para contenção da dívida externa, contorno do déficit do país, equilíbrio da balança de pagamentos, da balança comercial, da entrada e da saída de dólares sempre faz com que a nossa agricultura e a nossa pecuária seja muitíssimo prejudicada.

E, infelizmente, também aqui no Paraná a situação ligada aos servidores da nossa Secretaria da Agricultura e de algumas das suas vinculadas, é uma situação que chega, realmente, à beira da calamidade, e só temos que lamentar neste momento.

E temos que lamentar com direito a lamentar, porque no ano passado, desde que assumiu o Governo - Mário Pereira, desde que assumiu a Secretaria José Carlos Tibúrcio, por mais de uma vez fui procurado por ele, Tibúrcio, e por funcionários da Secretaria e com o Governador Mário Pereira estivemos e ao final do ano produziu-se uma tabela especial para os servidores de nível superior pelo menos naquela ocasião para os de nível superior, que veio a esta Assembléia e, infelizmente não pôde aquela tabela ser votada, porque se assim tivesse ocorrido, hoje teríamos, talvez, pelo menos a metade dos problemas salariais do Governo do Paraná solucionados, se tivéssemos feito aquela tabela prevalecer através da votação.

Não foi possível. Naquela oportunidade, Parlamentares hoje ligados ao Governo Estadual, assumiram compromissos perante servidores através de manifestações até da tribuna, de que isso teria um encaminhamento a partir do mês de fevereiro e a solução chegaria, mais tardar, no mês de março. Estamos no mês de setembro e talvez ainda neste mês não tenhamos solução para esse assunto. Não temos solução porque a gente vê os desencontros que estão nas informações do Governador, do Secretário da Administração, do da Fazenda, do Planejamento, e isso nos causa, realmente, muita preocupação, porque é um compromisso que foi assumido neste Plenário por lideranças hoje maiores do Governo aqui na Assembléia Legislativa. E esperamos que este encaminhamento venha a acontecer.

A Assembléia tem a sua missão, e quero, neste momento, fazer um apelo ao Deputado Joel Coimbra que preside a C.C.J. desta Casa. Dois projetos de lei foram apresentados por diversos Senhores Deputados nesta Casa: a Bancada do PMDB tomou a iniciativa e diversos Senhores Deputados assinaram junto conosco. O Projeto nº 316, que visa implantar a gratificação de fiscalização agropecuária, nos moldes assemelhados àquilo que se faz da Gratificação Rodoviária aos servidores do DER. E o Projeto nº 317/95, que visa implementar como salário base das categorias o Piso Nacional de cada uma dessas categorias. Tendo isso como salário base, não como salário intermediário, nem final. Uma iniciativa que tivemos junto com o Deputado Caíto, e com outros Parlamentares do PMDB que recebeu o apoio de diversos Parlamentares desta Casa.

No entanto, Deputado Joel Coimbra, os dois projetos encontram-se na C.C.J. carecendo da designação de relator para que possa ser apreciado e vir a Plenário. Para que possamos resolver, de uma vez por todas, essa questão salarial dos servidores não só da Secretaria da Agricultura, mas do pessoal de nível superior do Estado do Paraná e na sequência, evidentemente, de todos os servidores do Estado.

Faço este registro e este apelo para que possamos, vir aqui, hoje, no dia em que a Secretaria completa 51 anos de existência, para saudar os colegas da Secretaria da Agricultura, porque estão vindo à luta, estão vindo a campo para mostrar, realmente, a situação de dificuldades porque passam, e esta Assembléia tem a sua parcela de responsabilidade para achar caminhos e resolver esta situação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva recebe também, nesta tarde, a presença do ilustre Deputado Valdomiro Meger, que também de-

Então, a pouca correção que foi feita a partir de negociações e o Governo pede até o dia 2 de maio, dentro dos 90 dias o "referendum" da Assembléia, mas só que o Decreto do Legislativo está com data posterior a isto. Quer dizer, mesmo que considerado legal, mesmo que, não seria mais porque está vencido o prazo. É o entendimento correto de inconstitucionalidade e isto aí já levantado pela nossa Bancada mesmo no mês de janeiro.

O SR. EMERSON NERONE - Temos na Lei n° 11.066, em todos os Decretos que seguiram essa lei, alterações de cargos em Comissão é atribuição da Secretaria, aquela famosa criação dos 516 cargos pelo Governo do Estado.

Temos, por exemplo, os Decretos n°s 206, 207 e 208 que no afogadilho daquela lei aprovada em 1° de fevereiro, trazia para a Casa Civil, para a Chefia de Gabinete e para a Secretaria de Estado de Governo funções muito próximas. É engraçado que os próprios textos são confusos e nos parece que ali exatamente por causa da pressa de aprovar essa lei é que se necessitava então fazer esses três Decretos com tanta proximidade porque não se sabia o que se queria exatamente de cada Secretaria.

Por segundo, ele criava os Programas de Governo. A criação de Programas de Governo através de Decreto é aí sim terrível no que toca a que a Assembléia Legislativa não pode antes dos Programas serem implementados fazerem uma análise junto ao Programa de Governo, do próprio Governo, aquele Programa que foi aprovado nas urnas através do voto. A leitura antecipada dos Programas de Governo e não decretados através de Decreto Lei seria no mínimo uma ação preventiva para erros, para incorreções e a Assembléia Legislativa poderia de forma muito clara, ajudar na governabilidade deste Estado e não deixar à revelia daquelas cabeças que pensaram por exemplo numa reforma agrária através de uma Vila Rural que nada mais é do que engodo para aqueles que entendem um pouco do assunto.

Por terceiro, a Lei n° 11.066 trata da abertura de crédito suplementar e aí sim baseado na Lei n° 11.066 os Decretos se sucederam e se eles tiveram dentro do que a Lei Orçamentária do ano passado aprovou, se tivessem dentro dos 10%, não precisariam um "referendum" da Assembléia Legislativa, eles estariam dentro da lei. Como provavelmente eles não cumpriram a lei orçamentária do ano passado e se embasaram nesse artigo inconstitucional da Lei n° 11.066 nós, provavelmente teremos aqui índices de remanejamento das verbas muito superiores ao aprovado.

Se a Comissão de Constituição e Justi-

ça, como falou o Deputado Caíto Quintana, no dia de amanhã, fizer uma análise do afogadilho teremos, Srs. Deputados, rasgado o orçamento do Estado do ano passado discutido e rediscutido nessa Casa, rasgado e dado uma carta branca ao Governador Jaime Lerner que governou como nos aureos tempos da Ditadura em que ele já governava.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PSDB. (Declina). PTB. (Declina). Liderança do Governo. (Declina). Encerrado o Horário das Lideranças é com satisfação que anunciamos a presença em nosso meio do ex-Deputado Alceu Swarowski.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° CTL/SEEG n° 180/95 subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que irá se ausentar do País, nos dias 19, 20 e 21 do corrente mês, com destino à Assunción-Paraguai, em visita oficial. À Diretoria Legislativa, para as providências.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Edson Silva Lino e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.



fende os interesses do Paraná em Brasília e nos dá honra em todas as oportunidades que lá comparecemos de fazer também valer a sua presença como representante e nos dando a força necessária para que os anseios do Paraná sejam alcançados.

Com a palavra o PT, o ilustre Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Saúdo o Deputado Waldomiro de Maringá. Amanhã na Comissão de Constituição e Justiça a Assembléia Legislativa do Paraná fará uma análise desse processo do Projeto nº 11.066 de 01/02/95 que no seu último item dizia que iria remeter a esta Assembléia todo o desmembramento daquilo que a lei pedia.

A Lei nº 11.066 no seu artigo 15, trata da estrutura interna e os regulamentos dos órgãos criados ou atingidos pela lei e serão definidas através de decreto do Chefe do Poder Executivo "ad referendum" da Assembléia Legislativa do Paraná dentro do prazo de 90 dias. Essa Lei nº 11.066 é de 01/02/95 e o "referendum" deveria ser 90 dias após a sua publicação, a sua aprovação. 2º no artigo 16 diz o seguinte: "Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a readequar as normas do orçamento vigente no que se refere aos órgãos criados e remanejados pela presente Lei "ad-referendum" da Assembléia Legislativa do Paraná dentro do prazo de 90 dias".

Esse artigo não existe, esse artigo foi contestado na época pelo Partido dos Trabalhadores, e um dos motivos que embasou o nosso voto contrário a esse projeto, era exatamente esta autorização do Estado do Paraná na Lei Orçamentária votada no ano passado, já tem os limites de remanejamento das verbas no total de 10%. E não é através de uma lei enviada ao Poder Legislativo nesse ano em que Chefe do Executivo, o Governador Jaime Lerner poderia obter a permissão de remanejar o quanto quisesse. Nesse artigo 16 diz que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através da Lei nº 11.066 da Carta em branco e deixa o Governador do Paraná remanejar da forma que ele quer. Isso fere a Lei Orçamentária e portanto esse artigo é inconstitucional senão poderíamos dizer mais imoral, no que toca aqui o Poder Executivo teria carta branca para governar o Estado e remanejar as verbas, sem necessitar da Assembléia Legislativa.

Estamos em setembro, vamos fazer análise de exatamente 57 Decretos-Lei, Deputado Caíto Quintana Chefe da Casa Civil no Governo passado, na nossa análise e é esse voto em separado que apresentaremos amanhã ao voto favorável já ilustrado pelo relatório do Líder do PTB. Entendemos que a

publicação de 57 Decretos-Lei em um semestre estima que uma lei como essa é na verdade a continuação dos atos institucionais que governava sem necessitar do Poder Legislativo. 57 Decretos-Lei, Deputado Péricles, na sua grande maioria, inconstitucionais, e só não são inconstitucionais aqueles que não temos condições de analisar porque nos faltam números, os que faltam números estamos pedindo amanhã diligência para isso.

Gostaria de chamar a atenção dos Senhores Deputados, porque estamos, se aprovarmos esses 57 decretos no dia de amanhã, estaremos, com absoluta certeza, rasgando a Lei Orçamentária que foi amplamente discutida no ano passado e dando poderes ilimitados ao Chefe do Executivo, ou melhor, dizendo a ele que esse Poder Inexiste.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Nerone, acho que Vossa Excelência levanta bem esta questão. Inclusive também pretendo manifestar-me sobre ela amanhã, até porque essas duas emendas à época da votação aqui na Assembléia, foram emendas minhas, que ainda conseguiram "ad referendum", porque se não tinha passado sem nada. E como não foi mandado para cá, agora não recordo se no mês de agosto ou de junho, encaminhei um requerimento aqui nesta Casa, que também foi aprovado, exigindo o cumprimento desse artigo de que em 90 dias se mandasse para a Assembléia e agora está chegando.

Quem demorou nove meses, dez meses para mandar para cá não pode querer que venhamos a aprovar isto numa sessão. Vamos discutir esta questão, porque esta questão é séria, ela mexe com o orçamento e com a estrutura do Estado e precisa ser discutida. Era isto.

O SR. EMERSON NERONE - Meus parabéns, Deputado Caíto Quintana, por ter conseguido naquele período aprovar essas emendas que davam ainda o "referendum".

O Sr. Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Essa lei foi votada e aprovada aqui na Assembléia Legislativa no mês de janeiro, na legislatura anterior. A Bancada do PT já naquele momento colocou-se contrária, porque entendíamos justamente na mesma leitura que estamos fazendo agora, mexer com todo o orçamento através do decreto. Ainda que aqui foi emendado colocando um prazo de referendum de 90 dias, porque vinha para mexer durante o ano inteiro o original. Era pior ainda do que está colocado.



Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 268/95, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Vera Cruz do Oeste". PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em Votação.**

O SR. ALGACI TÚLIO (**Pela Ordem**) - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) - Verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam o projeto de lei que acaba de ser lido, queiram levantar-se.

Não há número legal para a continuação da Ordem do Dia e nem da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 268, 079, 298, 313 e 331/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 057, 143, 263 e 312/95.

Levanta-se a sessão.

**Atos da Diretoria Geral:**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :**

PORTARIA N° 137/95

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei n° 11033 de 30.12.94, nas rubricas abaixo:

Cancelar	3132.1500	1.000,
Cancelar	3111.0300	100.000,
Suplementar	3111.0100	100.000,
Suplementar	3192.0000	1.000,

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.09.95

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto - Deputado LUIZ CARLOS MARTINS

REF - SCM245  
PÁG - 1  
DATA- 30.06.95

CELEPAR  
FINANCEIRO  
B09

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- SCM  
BALANCE F I N A N C E I R O

ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

ATÉ O MÊS

NO MÊS

R E C E I T A

ORÇAMENTÁRIA

.RECEITAS CORRENTES

.Receita Tributária	0,00		0,00
.Receita de Contribuições	0,00		0,00
.Receita Patrimonial	0,00		0,00
.Receita Agropecuária	0,00		0,00
.Receita Industrial	0,00		0,00
.Receita de Serviços	0,00		0,00
.Transferências Correntes	3.540.000,00		24.060.000,00
.Outras Receitas Correntes	0,00	3.540.000,00	1.543,72
			24.061.543,72

RECEITAS DE CAPITAL

. Operações de Crédito	0,00		0,00
. Alienação de Bens	0,00		0,00
. Amortização de Empréstimos	0,00		0,00
. Transferências de Capital	120.000,00		220.000,00
. Outras Receitas de Capital	0,00	3.660.000,00	220.000,00
			24.281.543,72

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

. Débitos de Tesouraria	0,00		0,00
. Depósitos de Diversas Origens	7.994,82		344.916,69
. Depósitos Extraordinários	1.113.414,58		7.643.537,47
. Acordos e Convênios	0,00		0,00
. Contas a Regularizar	0,00		0,00
. Outras Operações	0,00	1.121.409,40	0,00
			7.988.454,16

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

. Caixa	0,00		0,00
. Bancos -Conta Movimento	13.777.667,73		5.373.637,82
. Bancos- Conta Vinculada	0,00		0,00
. Conta Aplicações Financeiras	0,00		0,00
. Conta Poupança	0,00	13.777.667,73	0,00
			5.373.637,82
			37.643.635,70
			18.559.077,13
			37.643.635,70

T O T A L

REF - SCM245  
PÁG - 2  
DATA- 30.06.95

CELEPAR  
FINANCEIRO  
B09

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- SCM  
BALANCE

ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DESPESA

ATÉ O MÊS

NO MÊS

### ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES			
Despesas de Custeio	2.668.939,44	13.680.643,26	
Transferências Correntes	831.133,01	5.053.429,21	18.734.072,47
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	63.971,86	123.614,91	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	
Transferências de Capital	0,00	0,00	123.614,91

### EXTRA ORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR			
Pagamentos	0,00	248.924,00	
Cancelamentos	0,00	1.543,72	250.467,72
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	
Depósitos Div.Origens	0,00	0,00	
Dep. Extraordinários	1.082.622,17	4.623.069,95	
Acordos e Convênios	0,00	0,00	
Contas a Regularizar	0,00	0,00	
Outras Operações	0,00	0,00	4.873.537,67
	1.082.622,17	1.082.622,17	4.623.069,95

### SALDOS PARA O MÊS SEQUINTE

Caixa	0,00	0,00	
Banco Conta Movimento	13.912.410,65	13.912.410,65	
Banco Conta Vinculada	0,00	0,00	
Conta Aplicações Financeiras	0,00	0,00	
Conta Poupança	0,00	0,00	
	13.912.410,65	13.912.410,65	13.912.410,65
TOTAL	18.559.077,13	18.559.077,13	37.643.635,70

REF - SCM245  
PÁG - 1  
DATA- 31.07.95

CELEPAR  
FINANCEIRO  
B09

SCM  
BALANCEIRO  
B09

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- SCM  
ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

ATÉ O MÊS

NO MÊS

R E C E I T A

ORÇAMENTÁRIA

. RECEITAS CORRENTES

. Receita Tributária	0,00	0,00
. Receita de Contribuições	0,00	0,00
. Receita Patrimonial	0,00	0,00
. Receita Agropecuária	0,00	0,00
. Receita Industrial	0,00	0,00
. Receita de Serviços	0,00	0,00
. Transferências Correntes	3.795.000,00	27.855.000,00
. Outras Receitas Correntes	0,00	1.543,72
	3.795.000,00	27.856.543,72

RECEITAS DE CAPITAL

. Operações de Crédito	0,00	0,00
. Alienação de Bens	0,00	0,00
. Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
. Transferências de Capital	0,00	220.000,00
. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
	0,00	220.000,00
	3.795.000,00	28.076.543,72

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

. Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
. Depósitos de Diversas Origens	6.272,86	331.189,55
. Depósitos Extraordinários	2.144.374,62	9.787.912,09
. Acordos e Convênios	0,00	0,00
. Contas a Regularizar	0,00	0,00
. Outras Operações	0,00	0,00
	2.150.647,48	10.139.101,64

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

. Caixa	0,00	0,00
. Bancos - Conta Movimento	13.912.410,65	5.373.637,82
. Bancos- Conta Vinculada	0,00	0,00
. Conta Aplicações Financeiras	0,00	0,00
. Conta Poupança	0,00	0,00
	13.912.410,65	5.373.637,82

T O T A L

19.858.058,13

43.589.283,18

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- SCM  
 BALANCEIRO  
 B09  
 ORÇAO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 REF - SCM245  
 PÁG - 2  
 DATA- 31.07.95

DESPESA NO MÊS ATÉ O MÊS

### ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES			
Despesas de Custeio	2.460.738,16	16.141.381,42	
Transferências Correntes	960.368,40	6.013.797,61	22.155.179,03
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	22.687,84	146.302,75	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	
Transferências de Capital	0,00	22.687,84	146.302,75

### EXTRA ORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR			
Pagamentos	0,00	248.924,00	
Cancelamentos	0,00	1.543,72	250.467,72
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	
Depósitos Div.Origens	0,00	0,00	
Dep. Extraordinários	2.281.019,34	6.904.089,29	
Acordos e Convênios	0,00	0,00	
Contas a Regularizar	0,00	0,00	
Outras Operações	0,00	0,00	7.154.557,01
	2.281.019,34	2.281.019,34	6.904.089,29

### SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa	0,00	0,00	
Banco Conta Movimento	14.133.244,39	14.133.244,39	
Banco Conta Vinculada	0,00	0,00	
Conta Aplicações Financeiras	0,00	0,00	
Conta Poupança	0,00	0,00	
	0,00	14.133.244,39	14.133.244,39
TOTAL	19.858.058,13		43.589.283,18

REF - SCM245  
PÁG - 1  
DATA- 31.08.95

CELEPAR  
FINANCEIRO  
BO9

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- SCM  
BALANÇATE FINANCEIRO  
ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

ATÉ O MÊS

NO MÊS

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	0,00		0,00
Receita de Contribuições	0,00		0,00
Receita Patrimonial	0,00		0,00
Receita Agropecuária	0,00		0,00
Receita Industrial	0,00		0,00
Receita de Serviços	0,00		0,00
Transferências Correntes	3.600.000,00		31.455.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	3.600.000,00	1.543,72
			31.456.543,72

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito	0,00		0,00
Alienação de Bens	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00
Transferências de Capital	0,00	220.000,00	220.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
		3.600.000,00	220.000,00
			31.676.543,72

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

Débitos de Tesouraria	0,00		0,00
Depósitos de Diversas Origens	6.070,85		357.260,40
Depósitos Extraordinários	594.887,86		10.382.799,95
Acordos e Convênios	0,00		0,00
Contas a Regularizar	0,00		0,00
Outras Operações	0,00	600.958,71	10.740.060,35

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

Caixa	0,00		0,00
Bancos - Conta Movimento	14.133.244,39		5.373.637,82
Bancos - Conta Vinculada	0,00		0,00
Conta Aplicações Financeiras	0,00		0,00
Conta Poupança	0,00	14.133.244,39	0,00
			5.373.637,82
TOTAL	18.334.203,10		47.790.241,89



SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM  
 BALANCE FINANCEIRO  
 ÓRGÃO - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
 B09  
 DESPESA NO MÊS ATÉ O MÊS  
 REF - SCM245  
 PÁG - 2  
 DATA - 31.08.95

## ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES			
• Despesas de Custeio	2.610.883,59		18.752.265,01
• Transferências Correntes	1.169.255,89	3.780.139,48	7.183.053,50
			25.935.318,51
DESPESAS DE CAPITAL			
• Investimentos	4.908,00		151.210,75
• Inversões Financeiras	0,00		0,00
• Transferências de Capital	0,00	4.908,00	0,00
			151.210,75

## EXTRA ORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR			
• Pagamentos	0,00		
• Cancelamentos	0,00		
		248.924,00	
		1.543,72	250.467,72
Débitos de Tesouraria	0,00		
• Depósitos Div.Origens	0,00		
• Dep. Extraordinários	586.943,80	7.491.033,09	
• Acordos e Convênios	0,00		
• Contas a Regularizar	0,00		
• Outras Operações	0,00		
	586.943,90	586.943,80	7.491.033,09
			7.741.500,81

## SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa	0,00		
• Banco Conta Movimento	13.962.211,82		13.962.211,82
• Banco Conta Vinculada	0,00		0,00
• Conta Aplicações Financeiras	0,00		0,00
• Conta Poupança	0,00	13.962.211,82	13.962.211,82
			47.790.241,89
TOTAL		18.334.203,10	

(a) ABIB MIGUEL  
 Diretor Geral

(a) GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
 Diretor do D.A.T.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
 Coord. de Contabilidade